EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO

ZILDA DA SILVA

RESUMO

Atualmente as pessoas com necessidades especiais têm realizado importante luta pelo direito de atuar mais em comunidade e dividir seus sentidos. O presente artigo buscou apresentar por meio da pesquisa bibliográfica um diálogo entre o Plano Nacional de Cultura (PNC), e o museu de Arte Sacra em São Paulo abordando os recursos e métodos adotados no museu para estimular a percepção, a imaginação, a observação e o raciocínio dos educadores. O desenvolvimento do artigo buscou apresentar como referendo plano nacional é exercido no espaço do museu.

O trabalho propõe apresentar ações educativas efetivas, a fim de promover diálogo sobre o atendimento do visitante com deficiência. São apresentados nesses encontros recursos e ferramentas que o museu possa utilizar para estimular a percepção, a imaginação e observação.

Palavra-chave: Necessidade especial; museu; educadores; diálogo; percepção.

SUMMARY

Currently, people with special needs have made an important struggle for the right to act more in community and to share their senses. The aim of this article is to present a bibliography of a dialogue between the National Plan of Culture (PNC) and the Museum of Sacred Art in São Paulo, focusing on the resources and methods adopted in the museum to stimulate perception, imagination, observation and the educators' reasoning. The development of the article sought to present as a referendum national plan is exercised in the space of the museum.

The paper proposes to present effective educational actions, in order to promote dialogue about the care of disabled visitors. These meetings are presented with resources and tools that the museum can use to stimulate perception, imagination and observation.

Keyword: Special need; museum; educators; dialogue; perception.

RESUMEN

Actualmente las personas con necesidades especiales han realizado una importante lucha por el derecho de actuar más en comunidad y dividir sus sentidos. El presente artículo buscó presentar por medio de la investigación bibliográfica un diálogo entre el Plan Nacional de Cultura (PNC), y el museo de Arte Sacra en São Paulo abordando los recursos y métodos adoptados en el museo para estimular la percepción, la imaginación, la observación y la observación, el raciocinio de los educadores. El desarrollo del artículo buscó presentar como referéndum plan nacional es ejercido en el espacio del museo.

El trabajo propone presentar acciones educativas efectivas, a fin de promover diálogo sobre la atención del visitante con discapacidad. Se presentan en estos encuentros recursos y herramientas que el museo pueda utilizar para estimular la percepción, la imaginación y la observación.

Palabra clave: Necesidad especial; museo; educadores; diálogo; percepción.

INTRODUÇÃO

Podemos perceber que por meio da interação de conhecimento entre a instituição de ensino e o museu, tornou-se uma análise e produção de materiais pertinentes para o público com deficiência. Essa atividade criou bases para estudos que proporcionam a pessoa com deficiência aproximar-se do patrimônio histórico-cultural que a metrópole oferece, bem como também proporciona ao professor de arte dispor de mais um instrumento para trabalhar a inclusão. Destacando que na maioria das vezes, o professor tem alunos com necessidades especiais em suas turmas, mas, não tem uma instrução para trabalhar temas e propor experiências que tenham significado para toda a classe.

Atualmente as pessoas com necessidades especiais têm realizado importante luta pelo direito de atuar mais em comunidade e dividir seus sentidos. Compreende-se, então, que não se deve esperar que as pessoas com deficiência sejam aptas a participar, dada alguma restrição causada pela deficiência, mas que a oportunidade de participação integral é que propicia o seu desenvolvimento do aluno.

O presente artigo buscou apresentar por meio da pesquisa bibliográfica e a "lócus" um diálogo entre o Plano Nacional de Cultura, criado pela Lei n° 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e o museu de Arte Sacra em São Paulo abordando os recursos e métodos adotados no museu para estimular a percepção, a imaginação, a observação e o raciocínio dos educadores.

O referenciado Plano visa a participação de todos os membros dos grupos que integram o sistema político para a consecução das metas estabelecidas com o objetivo

de sacramentar "a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito à cidadania; a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico" (BRASIL, 2010).

O desenvolvimento do artigo buscou apresentar como referendo plano nacional é exercido em ação no espaço do Museu de Arte Sacra. Atualmente, as principais atribuições do Museu são: recolher, classificar, catalogar e expor apropriadamente objetos religiosos cujo valor estético ou histórico recomende a sua preservação; expor permanente, pública e didaticamente seu acervo; promover o treinamento, a capacitação profissional e a especialização técnica e científica de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; incentivando e apoiando a realização de estudos e pesquisas sobre arte sacra e história da arte; promovendo cursos regulares, periódicos ou esporádicos de difusão, extensão e de treinamento sobre temas ligados a seu campo de atuação dentre eles a inclusão social.

O presente artigo foi organizado capítulos. A princípio foi importante estabelecer o que seria o Plano nacional de Cultura; num segundo momento abordou-se a história do museu de Arte Sacra de São Paulo, e a importância do trabalho de inclusão no espaço museológico. O terceiro momento dialoga com os dois primeiros: o plano de ação do museu com a política que busca assegurar a todos a fruição cultural através de um ponto comum: a garantia da acessibilidade para os visitantes com necessidades especiais.

2. PLANO NACIONAL DE CULTURA E A ACESSIBLIDADE

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. É o documento base a partir do qual o governo deverá pautar, nos próximos 10 anos, o direcionamento das ações públicas de cultura. Para Farias (1993):

"A cidade é, antes de tudo, onde as pessoas vivem e buscam novos sentidos de vida. Espaço universal onde seres humanos elaboram identidades e diferenças, valores, modos de pensar e de sentir, e constroem a sua cultura." (FARIAS, 1993, p.12)

Pautado nas palavras de autor podemos fazer um paralelo com o que busca o PNC, incluir as demandas culturais dos brasileiros de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade. Lidar com tal diversidade faz parte de nossa história, mas os desequilíbrios entre regiões e as desigualdades sociais – realimentadas por discriminações étnicas, raciais e de gênero – também atravessam a construção do País. O Estado brasileiro tem o dever de desenvolver o pluralismo e promover a equidade no acesso à produção e ao usufruto dos bens e serviços culturais. O PNC é um plano de métodos e diretrizes para a aplicação de políticas públicas. Ele se inicia ao fazer um grande diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais e sugere orientações para a atuação do Estado, com controle social, na próxima década (FARIAS, SOUZA,1993, p.21).

O Brasil tem assistido, nas últimas duas décadas, um processo de reconhecimento e de valorização do papel dos vários atores políticos. Em uma sociedade democrática acredita-se que tais atores devam partilhar os espaços decisórios. A partir de 2003, assiste-se a um contínuo processo de ampliação da participação da sociedade civil na gestão pública, nos mais diversos níveis e áreas de governo. Os padrões de construção das novas estruturas necessárias para garantir o funcionamento das sociedades, hoje, extrapolam os limites restritos do Estado. Para a implementação de um processo de gestão pública democrática existem algumas ferramentas disponíveis. No intuito de promover a participação mais efetiva da sociedade no processo decisório, o governo pode realizar fóruns, conferências, plebiscitos, criar de câmaras e conselhos ou, ainda, implantar um modelo de orçamento participativo. Tais práticas de gestão devem estar presentes na área da cultura.

O trabalho desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo contou com o apoio de universidades, intelectuais, artistas, produtores e gestores públicos e privados. As diretrizes gerais do PNC estão embasadas no diálogo constante com esses agentes e nas proposições decorrentes de encontros ocorridos entre 2006 e 2007, como o Seminário Nacional dos Direitos Autorais, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural.

O PNC retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a "cultivar" as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e estimular a diversidade e a inclusão, prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros.

De acordo com o ponto de vista geral, valores, conceitos e diretrizes, foi definida uma metodologia específica para a elaboração das metas. Tomou-se como ponto de partida as 275 ações distribuídas nos cinco capítulos do Plano. As ações foram agrupadas em temas comuns de forma a permitir a

construção das metas.

Este processo gerou um conjunto de 48 metas, divididas em nove temas. As metas serão aperfeiçoadas no processo de consulta pública, via plataforma digital junto a gestores, técnicos, artistas, grupos atuantes no setor cultural e sociedade em geral. O objetivo da consulta pública é qualificar as metas propostas por meio do envolvimento e escuta da sociedade. Tal estudo abordara apenas a meta 29 que tem por objetivo ter 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência ate o ano de 2020 (BRASIL, 2010).

A acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência. As instituições culturais no país precisam obedecer às leis existentes a esse respeito. Ou seja, têm de eliminar as barreiras ao acesso físico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O acesso dessas pessoas aos espaços culturais, seus acervos e atividades deve ser viabilizado de duas maneiras: adaptar o espaço físico para essas pessoas; e oferecer bens e atividades culturais em formatos acessíveis.

Hoje nem todos os espaços culturais estão adaptados para as pessoas com deficiência, ainda que sejam obrigados a fazê-lo. O que se pretende é que todos os museus, cinemas, teatros, centros culturais, arquivos e bibliotecas públicas cumpram os requisitos de acessibilidade e desenvolvam ações que promovam a fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, oferecendo seus acervos e atividades em formatos acessíveis (BRASIL, 2010).

É preciso fazer cumprir a Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É preciso garantir também, que os espaços culturais ofereçam: instalações, mobiliários e equipamentos adaptados para acesso e uso desse público; banheiros adaptados; estacionamentos com vagas reservadas e sinalizadas; sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual; e espaços reservados para cadeira de rodas e lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual com acompanhante. Além disso, é preciso estimular os espaços culturais para que desenvolvam ações voltadas para a promoção da efetiva fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, tais como oferecer equipamentos e serviços que facilitem o acesso aos conteúdos culturais. Exemplo disso é o uso do Braille, de Libras e da audiodescrição (BRASIL, 2010, p.83).

3. INCLUSÃO NO MUSEU

Compreende-se por educação especial a educação dirigida aos portadores de necessidades especiais mental, auditiva, visual, física múltipla e portadores de altas habilidades. A deficiência refere-se á perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa. A incapacidade refere-se à restrição de atividades em decorrência das consequências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo e que representam as perturbações ao nível da própria pessoa. “Desvantagens referem-se á condição social de prejuízo que o indivíduo experimenta devido a sua deficiência e incapacidade, as desvantagens refletem a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio”. (AMARAL; AQUINO, 1998, p. 24-25).

O Museu ao longo de sua trajetória tem passado por inúmeras transformações como afirma Marlene Suano (1986) em seu livro “O que é o museu”. E verifica-se que o ato de colecionar objetos, o uso e o valor simbólico que se atribui aos objetos também mudaram. O colecionismo está intrinsecamente ligado a própria evolução do homem. Do Mouseion da Grécia e Alexandria passando pelo Museum, o studiolo, até o Museu como concebido na atualidade, todos são importantes pela função basilar de promover a construção do conhecimento em suas variadas áreas e a reunião e compartilhamento do patrimônio cultural da humanidade. O Museu invariavelmente esteve “a serviço” das elites governantes ou intelectuais e a permissão de acesso do público comum a essa instituição foi, em muitos momentos da história, motivada por interesses nem sempre ligados à cultura (CORREIA, 2005).

Contata-se a história do museu mudou muito com o passar dos anos, pois sua gênese está relacionada com as elites governantes e intelectuais. E, sendo assim, o acesso do público comum a seu acervo passou por vários avanços e retrocessos. Continua na agenda da atualidade a busca pela democratização do acesso à cultura representada nos museus. Para democratizar o acesso, não basta abrir as portas dos museus e convidar as pessoas a visitá-los, é necessário que esse equipamento cultural se transforme de alguma maneira para se aproximar dos diferentes públicos. No caso específico das pessoas com deficiência, essa transformação envolve medidas de acessibilidade. A acessibilidade como mediação da relação institucional entre o museu e seu público, razão principal de sua existência, assemelha-se a uma ponte que une dois mundos. Segundo Tojal,

O espaço museológico pode perfeitamente conduzir um processo de inclusão na medida em que disponibilize sua cultura objetivada não apenas para a contemplação,

mas principalmente para aparelhar um processo comunicativo que situe as pessoas no seu próprio 'habitat', dinamizando novas relações nos mais diferentes espaços em que vivem essas mesmas pessoas, com, e não apesar de, sua diversidade (TOJAL, 2007, p.45)

Embora as adequações arquitetônicas visando à inclusão das pessoas com deficiência sejam as medidas mais visíveis e concretas, a acessibilidade não se limita exclusivamente à acessibilidade física ou arquitetônica, mas abarca muitos outros tipos. Todos eles possuem valor e dimensão política capazes de garantir, proteger e efetivar o direito constitucional das pessoas com deficiência em acessar, em permanecer e se apropriar dos bens culturais.

O Decreto nº 5.296/2004, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida" (BRASIL, 2004), apresenta os seguintes tipos de acessibilidade em resposta aos tipos respectivos de barreiras que as mesmas buscam minimizar: acessibilidade arquitetônica e urbanística; acessibilidade aos serviços de transportes coletivos; acesso à informação e comunicação. O referido documento determina, no Artigo 10, que "a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto" (BRASIL, 2004).

A possibilidade de construção democrática das políticas culturais instituída pelo Sistema vem responder a um clamor de agentes culturais, bem como de estudiosos preocupados com a preservação da cultura brasileira. Calabre (2007) defende em seus estudos que ações públicas na área cultural podem alcançar maior êxito se, na sua formulação, possibilitarem a participação dos agentes nela e com ela envolvidos: "A base de um novo modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática" (CALABRE, 2007).

A fim de contribuir com a produção de ferramentas que promovam o acesso e a participação das pessoas com necessidades, vem crescendo gradualmente uma área do conhecimento conhecida como Tecnologia Assistiva (TA). Todos esses recursos, que foram citados como formas alternativas de acesso ao acervo do museu, são chamados de recursos de TA. É um crescimento tão acelerado que fica difícil acreditar que algo não seja possível de ser produzido ou representado de outra forma para ser acessado pelas pessoas com necessidades especiais.

4. O MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO

O Museu de Arte Sacra de São Paulo faz parte de um dos mais importantes monumentos arquitetônicos coloniais paulistas do século 18 – o complexo do Mosteiro da Luz. Fundado e construído por Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, em 1774, no coração da cidade de São Paulo. Considerada um dos mais principais monumentos arquitetônicos coloniais do Estado, preserva a construção da taipa de mão e taipa de pilão. A coleção inicial do museu foi organizada e sistematizada por Dom Duarte Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo de São Paulo, que a partir de 1907, é inaugurado o Museu da Curia, que continuou a recolher imagens sacras de igrejas e pequenas capelas de fazendas que sistematicamente eram demolidas após a Proclamação da República (MARTINS, 2016).

Em 1907, que continuou a recolher peças provenientes do interior paulista e acomodar os acervos das várias igrejas da capital demolidas ao longo da primeira metade do século 20. Com objetivo de criar o Museu de Arte Sacra de São Paulo, o governo de são Paulo, através de seu governador Abreu Sodré e do seu Secretário da Fazenda, Luís Arrobas Martins, aprovaram junto ao cardeal Agnelo Rossi o convênio entre o governo e a Arquidiocese e, em 29 de junho de 1970, foi aberto à visitação pública. Na década de 1970, foi firmado um convênio entre a Mitra Arquidiocesana de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, iniciando uma política de aquisições para a ampliação do acervo original (MARTINS, 2016).

Ao acervo inicial, juntou-se um conjunto de imagens e pinturas transferidas pelo governo do estado do Museu do Ipiranga e outras peças sacras adquiridas no mercado de arte por Luís Arrobas Martins, além disso, o Museu de Arte Sacra recebeu doações de artistas, colecionadores particulares e empresários.

Atualmente, o conjunto detém cerca de 4 mil peças, provenientes das principais igrejas e capelas do Brasil, abrangendo do século 16 ao 20, além de obras de arte sacra de outros países. As coleções dividem-se entre imaginária sacra, pratária e ourivesarias religiosas, telas, mobiliário, retábulos, altares, vestimentas sacras e livros litúrgicos raros, que transformam o Museu de Arte Sacra de São Paulo no maior do gênero no país.

Entre seu importante acervo, destacamos obras de Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho", Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus, Manuel da Costa Athayde e Padre Jesuíno do Monte Carmelo, telas de Benedito Calixto e Anita Malfatti.

O Museu de Arte Sacra também possui a segunda maior coleção de lampadários do mundo, atrás somente daquela ao Vaticano, a coleção de ícones russos, a coleção de re-

licários e sacrários, a coleção de numismática, composta por 9 mil peças, sendo moedas do período colonial e medalhas pontifícias (MARTINS, 2016).

A instituição ainda conserva a seção denominada Museu do Presépio, um dos mais raros conjuntos desse gênero no mundo, abrigando 190 singulares conjuntos presepistas, originários de diversos países e regiões do Brasil e produzidos em técnicas diferenciadas. Além de promover exposições temporárias e atividades educativas e culturais, presta auxílio e atendimento a pesquisadores e mantém publicações especializadas. Abriga ainda uma rica biblioteca, com publicações, documentos e obras raras datados de princípios do período colonial.

O prédio também é o lugar de recolhimento das Irmãs Concepcionistas que ainda hoje dedicam seus dias à oração e ao trabalho e vivem em clausura. São elas as responsáveis por confeccionar as famosas pílulas milagrosas do Frei Galvão. O "santo remédio" é distribuído das 9h às 17h na igreja arquitetada e construída com ajuda do próprio frei (MARTINS, 2016).

5. PARCERIA INCLUSIVA DO MUSEU DE ARTE SACRA DE SP: A PONTE QUE UNE DOIS MUNDOS

Os mediadores do Museu de Arte Sacra de São Paulo encontram diariamente soluções práticas e simples para que todos tenham acesso e as mesmas oportunidades de usufruir deste espaço cultural. Na visita monitorada realizado com o grupo de Pós-Graduação em Arte, História e Educação nos Museus Paulistas: a cultura em movimento, pela Faculdade Casa Branca – FACAB, podemos vivenciar a experiencia de ver pessoas com necessidades especiais adentrando no munda as artes. Através de ações educativas, pode-se notar que ações do PNC estava acontecendo na prática, o museu permite conhecer, além do acervo permanente , um dos maiores representantes da arquitetura colonial paulista, vários presépios, entre eles o belíssimo napolitano do século 18.

De acordo com o levantamento de dados para o artigo, desde 2009, o museu trabalha baseando-se nos princípios do desenho universal e em três dimensões da acessibilidade: atitudinal, metodológica e comunicacional, são desenvolvidos roteiros e confeccionados materiais de apoio, maquetes, jogos e Contações de história que estimulam a percepção do acervo de maneira lúdica, crítica e reflexiva para que os públicos infantil, jovem, adulto, idoso, pessoa com deficiência e em vulnerabilidade social sintam-se pertencentes ao local (SHIMOSAKAI, 2016).

Conforme o Censo 2010, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil cerca de 45 milhões de pessoas que apresentam alguma deficiência ou incapacidade auditiva, visual, motora ou mental, representando 24% da população brasileira. Destes, 35,8 milhões declararam ter dificuldade para enxergar (18,8% da população brasileira), 6.6 milhões afirmaram ter dificuldade de visão severa e mais de 506 mil disseram ser cegas.

Para atender a esse público, cada vez mais são promulgadas leis e normativas relacionadas à acessibilidade, pautadas pelo conceito de equidade de direitos e de inclusão social, definindo condições básicas para que instalações, edificações e vias de acesso público estejam realmente aptas para atender a todos, principalmente às pessoas com necessidades especiais, facilitando a sua mobilidade física, participação social e independência. No que diz respeito ao acesso a equipamentos culturais, não só existem questões técnicas referentes à estrutura arquitetônica dos espaços – imprescindíveis para que haja a fruição de manifestações culturais, mas há também aspectos socioeducativos, visando gerar uma experiência de arte para públicos especiais (SHIMOSAKAI, 2016).

No museu a questão de acessibilidade é notável pois os serviços e informações, como rampas de acesso para cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes acesso com rampas, espaços que atendem pessoas com necessidades físicas de circulação percorrem em todos os setores. A percepção sonora e visual dos visitantes também é explorada, provendo meios para que o visitante se possa vivenciar uma experiência estética, seja utilizando recursos multissensoriais, seja promovendo ações educativas ou de ambas as formas.

Em destaque o belíssimo napolitano do século 18, tinha uma versão em Maquetes táteis ajudando no entendimento de formas e tamanhos de obras ou monumentos que possuem grandes dimensões. Estes recursos atitudinais criados pelos educadores despertam nos visitantes o gosto de frequentarem museus. Cada vez se torna mais frequente avistarmos crianças que regressam com suas famílias e visitantes com deficiência que retornam com grupos de amigos. De fato, o museu de arte sacra de são Paulo tornou-se uma parceira na inclusão de necessidades tornando uma ponte que uni o visitante a obra de arte.

Encontros para debates acontecem semestralmente onde são discutidos os aspectos teóricos que devem ser colocados em práticas. Nesses encontros (gratuitos) participam educadores, mediadores e funcionários do museu afim de promover diálogo sobre o atendimento ao aluno com deficiência. São apresentados nesses encontros recursos e ferramentas que o museu possa utilizar para estimular a percepção, a imaginação, a observação e o raciocínio dos educadores.

Dinâmicas também são realizadas nesses encontros, com o objetivo de promover a experiência de vivência com as deficiências física, visual e auditiva.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado pode perceber o quando a instituição é baseada nas metas do PNC. O museu passa a ser visto pela sociedade não como um mero guardião e expositor de bens materiais e imateriais, mas como um ambiente que acolhe a todos, oferecendo os recursos de acessibilidade e garantindo, assim, a igualdade de oportunidade. É um desafio corajoso que vai ao encontro das necessidades de um gama da população e encontra abrigo na vontade política da sociedade que se mostra disposta a tornar-se mais plural e democrática, pois esse compromisso demanda uma conjugação de forças com poder suficiente para a sua concretização.

Conclui-se que o museu tem compromisso concreto com as metas do PNC, não somente com os deficientes, mas para com todos os visitantes, porém, como a demanda é grande, há muito a se fazer para atingir 100% das ações de fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Converter o museu de arte sacra em um exemplo de acessibilidade para todos, não permeia apenas o acesso interior do acervo, mas sim, mediar por diferentes formas todas as informações das obras e documentos contidos no espaço. Todavia, o museu busca uma melhor interação, dentro dos recursos disponíveis, possibilitando as pessoas com necessidades especiais a interação com as obras de arte.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Sonia Maria Dutra de. O jogo simbólico numa proposta pedagógica para o deficiente visual. Disponível em www.clicktoconvert.com Acesso em 08/07/2023

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial,1988.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília,1999.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2000.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura. 2007, Salvador. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a Museus. In Cadernos Museológicos vol. 2. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília/DF: Minc/Ibram 2012. p. 190.

CORREIA; João Batista Santana. A inclusão cultural em museus. 2015. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2016/10/PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA-E-ACESSIBILIDADE-A--inclus%C3%A3o-cultural-em-museus.pdf Acesso em 08/07/2023

FARIAS, Hamilton; SOUZA, Valmir de. Experiencias de Gestão Cultural Democrática. 1993. Disponível em: http://www.polis.org.br/uploads/1095/1095.pdf Acesso em 08/07/2023

FORTUNA, Tânia Ramos. "O Museu em Jogo". Revista Museu: 2006.

MARTINS, Simone. Museu de arte sacra de são Paulo. 2016. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/museu-de-arte-sacra-de-sao-paulo/ Acesso em 09/07/2023

OTT, Robert William. "Ensinando Crítica nos Museus" in BARBOSA, Ana Mae (org.). "Arte-Educação: leitura no subsolo". São Paulo: Cortez, 1997.

PERRENOUD, Philipp. "Formar professores em contextos sociais em mudança". Universidade de Genebre, Caximbu, 1999.

PEIXE, João Roberto. Sistemas de Cultura. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

PILLAR, Analice; VIEIRA, Denyse. Metodologia triangular: pressupostos conceituais. In: O vídeo e a metodologia triangular no ensino da arte. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Fundação Iochpe, 1992.

SUANO, Marlene. O que é museu. São Paulo: Brasiliense,1986, p. 101.

SHIMOSAKAI; Ricardo. Museu e acessibilidade. 2016. Disponível em: https://turismoadaptado.wordpress.com/2016/10/01/museu-e-acessibilidade-como-o-museu-de--arte-sacra-de-sao-paulo-torna-acessivel-as--acoes-educativas/ Acesso em 09/07/2023

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas Públicas de Inclusão de Públicos Especiais em Museus. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2007.